



A EJA NO CONE SUL DE RONDÔNIA: HISTÓRIAS DE VIDA E O PAPEL NA FORMAÇÃO HUMANA

TEIXEIRA, Érica Jaqueline Pizapio ¹
BRANDÃO, Bruna Karolaine Gomes ²
SILVA, Vitória Martins da ³
PINTO, Glendally Aléthia Kloss ⁴

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade fundamental para garantir o direito à educação a sujeitos historicamente excluídos do sistema escolar. Este estudo objetiva investigar as histórias de vida e compreender o papel da EJA na formação humana e na trajetória acadêmica de estudantes no Cone Sul de Rondônia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevistas com indivíduos que frequentaram a EJA, cujos relatos foram organizados e analisados por categorias temáticas. Observamos que as trajetórias escolares são marcadas por interrupções decorrentes de fatores sociais e econômicos, evidenciando processos de exclusão educacional. Identificamos que o retorno à escola está associado à busca por melhores condições de vida, autonomia e realização pessoal. Constatamos ainda que a EJA contribui significativamente para o fortalecimento da autoestima, ampliação do conhecimento e construção da cidadania. Os resultados indicam que a EJA desempenha papel essencial na inclusão educacional e social, configurando-se como espaço de formação humana e de promoção da autonomia dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Formação humana; Trajetórias de vida.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma modalidade essencial no contexto educacional brasileiro, ao possibilitar o acesso e a permanência de sujeitos historicamente excluídos do sistema formal de ensino.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional – (PPGEE/Prof) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso/UFMT - Professora EBTT do IFRO - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Colorado do Oeste – Formação em Licenciatura Plena em Pedagogia, atuando nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado de Engenharia Agrônoma e Zootecnia no Instituto Federal de Rondônia. Grupo de Pesquisa EDUCA - ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5798-275X> - E-mail: erica.pizapio@ifro.edu.br.

² Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Colorado do Oeste – E-mail: karolaine.g@estudante.ifro.edu.br

³ Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Colorado do Oeste – E-mail: g.kloss@estudante.ifro.edu.br

⁴ Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Colorado do Oeste – E-mail: vitoria.martins@estudante.ifro.edu.br



Marcada por trajetórias interrompidas por fatores sociais, econômicos e culturais, a EJA assume um papel que ultrapassa a escolarização básica, constituindo-se como espaço de reconstrução de saberes, identidades e projetos de vida. Nesse sentido, compreender as histórias de vida dos estudantes dessa modalidade é fundamental para evidenciar os sentidos atribuídos à educação em diferentes contextos sociais.

Sob essa perspectiva, Paulo Freire (1996) destaca que a educação deve ser um processo emancipador, pautado no diálogo, na valorização dos saberes prévios e na construção crítica do conhecimento. A EJA, nesse cenário, se apresenta como prática educativa que reconhece os sujeitos como protagonistas de sua própria história. De modo complementar, Moacir Gadotti (2000) ressalta que a educação de jovens e adultos deve estar comprometida com a transformação social, promovendo a inclusão e a cidadania ativa.

No contexto do Cone Sul de Rondônia, essa modalidade adquire relevância ainda maior, considerando as especificidades regionais e as desigualdades de acesso à educação. Assim, investigar as experiências vividas por sujeitos que passaram pela EJA permite compreender não apenas suas trajetórias escolares, mas também os impactos dessa modalidade em sua formação humana e acadêmica.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo investigar as histórias de vida e a realidade de pessoas que estudaram na EJA no Cone Sul de Rondônia, bem como analisar o papel dessa modalidade de ensino na formação humana e na continuidade da trajetória acadêmica desses sujeitos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, por buscar compreender fenômenos sociais a partir das percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos investigados. Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa possibilita uma análise mais aprofundada das relações sociais, considerando a subjetividade dos participantes. Nessa mesma perspectiva, Minayo (2001) destaca que a abordagem qualitativa se ocupa do universo dos significados, valores e atitudes, sendo especialmente adequada para estudos que envolvem experiências humanas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, entendidas como instrumento fundamental para a apreensão das narrativas e vivências dos sujeitos.



De acordo com Bogdan; Biklen (1994), a entrevista na pesquisa qualitativa permite ao pesquisador acessar as interpretações que os participantes constroem sobre suas próprias experiências, favorecendo uma compreensão mais ampla da realidade investigada.

O estudo foi desenvolvido na região do Cone Sul de Rondônia, tendo como sujeitos participantes indivíduos que frequentaram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em algum período de suas vidas. A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional, considerando a relevância de suas trajetórias para os objetivos da pesquisa.

Para a produção dos dados, foram utilizadas questões norteadoras que buscaram compreender a trajetória escolar e as experiências vividas na EJA, tais como: (1) a trajetória escolar anterior ao ingresso na EJA; (2) os motivos que levaram à interrupção dos estudos; (3) as motivações para o retorno à escola; (4) os principais desafios enfrentados durante a permanência na EJA; e (5) as contribuições dessa modalidade na vida dos participantes.

Os dados obtidos foram organizados e analisados por meio de análise temática, permitindo a identificação de categorias relacionadas às histórias de vida, aos desafios educacionais e ao papel da EJA na formação humana e acadêmica dos sujeitos investigados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das narrativas dos participantes evidencia que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não pode ser compreendida apenas como uma modalidade de ensino compensatória, mas como um território epistemológico, político e ético de reconstrução da condição humana. As falas revelam sujeitos atravessados por processos históricos de exclusão, mas também por movimentos de resistência, reexistência e produção de sentidos sobre si e sobre o mundo.

3.1 Trajetórias escolares anteriores à EJA: entre negação de direitos e saberes invisibilizados

Os relatos dos participantes A, B, C, D, convergem ao evidenciar trajetórias marcadas por descontinuidades escolares, como expressam as falas:



“Comecei a estudar pequeno, mas parei cedo porque tinha que ajudar meus pais na roça” (A).

“Naquele tempo, a escola não era prioridade, tinha que trabalhar e cuidar da casa, por isso parei de estudar” (B).
“Sempre quis estudar, mas a vida não deixou” (E).

Essas narrativas tensionam a ideia de fracasso escolar como responsabilidade individual, deslocando-a para o campo das determinações históricas e sociais. Miguel Arroyo (2017, p. 53) afirma que *“os sujeitos da EJA são marcados por trajetórias de negação de direitos, sendo suas histórias educativas histórias de exclusão social”*.

Sob essa perspectiva, Paulo Freire (1996, p. 32) problematiza a hierarquização dos saberes ao afirmar que *“não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”*, o que implica reconhecer que os sujeitos da EJA não são “vazios”, mas portadores de experiências que foram historicamente deslegitimadas pela escola.

Epistemologicamente, isso nos convoca a questionar a própria matriz moderna de escolarização, que privilegia saberes formais em detrimento dos saberes da experiência. Assim, as trajetórias desses sujeitos revelam não apenas exclusão, mas também resistência epistemológica.

A Constituição Federal de 1988 (art. 205) assegura a educação como direito de todos, contudo, os dados evidenciam a contradição entre o direito formal e sua materialização concreta, indicando um processo histórico de negação desse direito.

3.2 Interrupção dos estudos: expressão das desigualdades estruturais

Os participantes, apontam motivos como gravidez precoce, trabalho infantil e responsabilidades familiares:

“Engravidei muito nova e tive que parar” (C);

“Tive que trabalhar cedo pra ajudar em casa” (D);

“A vida foi puxada, não deu pra continuar” (G).



Essas falas, quando articuladas às experiências dos participantes na questão primeira, revelam que a interrupção dos estudos é um fenômeno coletivo, e não individual. Sérgio Haddad (2002, p. 21) destaca que *“a EJA nasce como resposta às desigualdades sociais históricas que excluíram milhões de brasileiros do direito à educação”*.

Nesse sentido, Moacir Gadotti (2000, p. 39) afirma que *“a exclusão educacional é parte constitutiva da exclusão social”*, evidenciando que a evasão escolar está diretamente ligada às condições materiais de existência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 37) reconhece a EJA como direito daqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade própria, configurando-se como política de reparação. Contudo, a recorrência dessas trajetórias aponta para a insuficiência das políticas públicas frente à complexidade das desigualdades.

Assim, a evasão escolar deve ser compreendida como expressão de uma estrutura social desigual, e não como falha individual, o que exige uma leitura crítica e comprometida com a justiça social.

3.3 Motivações para o retorno à escola: educação como ato político e projeto de emancipação

Os participantes expressam motivações relacionadas à dignidade, futuro e exemplo familiar:

“Quero um emprego melhor” (E);

“Quero ser exemplo pros meus filhos” (F);

“Hoje penso diferente, quero crescer” (I).

Quando articuladas às falas da primeira questão, essas motivações revelam que o retorno à escola é um movimento de reconstrução de si. Paulo Freire (1996, p. 47) afirma que *“ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção”*, compreendendo a educação como prática de liberdade.

Miguel Arroyo (2017) destaca que os sujeitos da EJA retornam à escola como sujeitos de direitos, portadores de projetos de vida que desafiam a lógica da exclusão.



O Plano Nacional de Educação (Meta 9) reforça a necessidade de ampliar a escolaridade da população, evidenciando a EJA como estratégia de inclusão.

Nesse sentido, o retorno à escola configura-se como um ato político, no qual os sujeitos reivindicam seu direito à educação e à participação social, reafirmando sua autonomia.

3.4 Desafios na permanência: tensões entre sobrevivência e escolarização

Os participantes nessa questão, destacam dificuldades concretas:

“Chego cansado do trabalho” (G);

“É difícil cuidar da casa e estudar” (H);

“Às vezes dá vontade de desistir” (A).

Essas falas, somadas às experiências dos demais participantes, revelam que a permanência na EJA é atravessada por múltiplas tensões. Sérgio Haddad (2002) aponta que a EJA precisa considerar as condições reais de vida dos estudantes, sob pena de reproduzir processos de exclusão.

Moacir Gadotti (2000) defende uma educação contextualizada, que dialogue com a realidade dos sujeitos.

A Constituição Federal de 1988 (art. 206) garante igualdade de condições para acesso e permanência, contudo, os dados evidenciam que essa igualdade ainda não se concretiza plenamente.

Dessa forma, a permanência na EJA exige não apenas acesso, mas políticas estruturais que garantam condições efetivas de estudo.

3.5 Contribuições da EJA: formação humana, autonomia e transformação social

Todos os participantes destacaram mudanças significativas a partir do ingresso na EJA:

“Hoje tenho mais confiança” (I);



“Aprendi a me expressar melhor” (J);

“Vejo o mundo de outra forma” (F).

Essas falas evidenciam que a EJA atua na dimensão da formação humana. Paulo Freire (1996, p. 25) afirma que *“a educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo”*.

Miguel Arroyo (2017) compreende a EJA como espaço de reconstrução da dignidade, enquanto Moacir Gadotti (2000) a define como prática de formação integral.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 2º) estabelece que a educação visa ao pleno desenvolvimento do educando e ao exercício da cidadania.

Assim, a EJA se revela como espaço de democratização do conhecimento, fortalecimento da autonomia e promoção da justiça social, ultrapassando a dimensão escolar e alcançando a transformação da vida dos sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, compreende-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como um espaço fundamental de reconstrução de trajetórias historicamente marcadas pela exclusão educacional. As narrativas dos participantes evidenciam que o acesso tardio à escola não representa um fracasso individual, mas revela as contradições de uma sociedade desigual que, embora assegure o direito à educação em seus marcos legais, ainda não o efetiva plenamente na prática.

Os resultados demonstram que a EJA desempenha um papel central na formação humana, ao promover não apenas a escolarização, mas também a construção da autonomia, da autoestima e da consciência crítica dos sujeitos. Nesse sentido, a educação assume um caráter emancipador, conforme defendido por Paulo Freire, ao possibilitar que os indivíduos se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias.

Além disso, as evidências apontam que a EJA se configura como espaço de democratização do conhecimento e de efetivação de direitos, em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação. Contudo, os desafios relacionados à permanência e



às condições de vida dos estudantes indicam a necessidade de políticas públicas mais efetivas e sensíveis às especificidades desse público.

Dessa forma, conclui-se que a EJA não deve ser compreendida como uma modalidade compensatória, mas como um direito fundamental e um instrumento de transformação social, capaz de promover a formação humana integral e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. ***Ofício de mestre: imagens e autoimagens***. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. ***Investigação qualitativa em educação***. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa***. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do oprimido***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. ***Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta***. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antonio Carlos. ***Métodos e técnicas de pesquisa social***. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio. ***Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)***. Brasília: MEC/INEP, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. ***O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde***. São Paulo: Hucitec, 2001.